

Considerando que, na sequência da aprovação do projecto, a LUSITANIAGÁS — Companhia de Gás do Centro, S. A., requereu, em 29 de Dezembro de 2006, a declaração de utilidade pública do mesmo, bem como o direito de definir, constituir e registar servidões e, ainda, o pagamento das respectivas indemnizações, de acordo com os artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 8/2000, de 8 de Fevereiro, e 23/2003, de 4 de Fevereiro, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro:

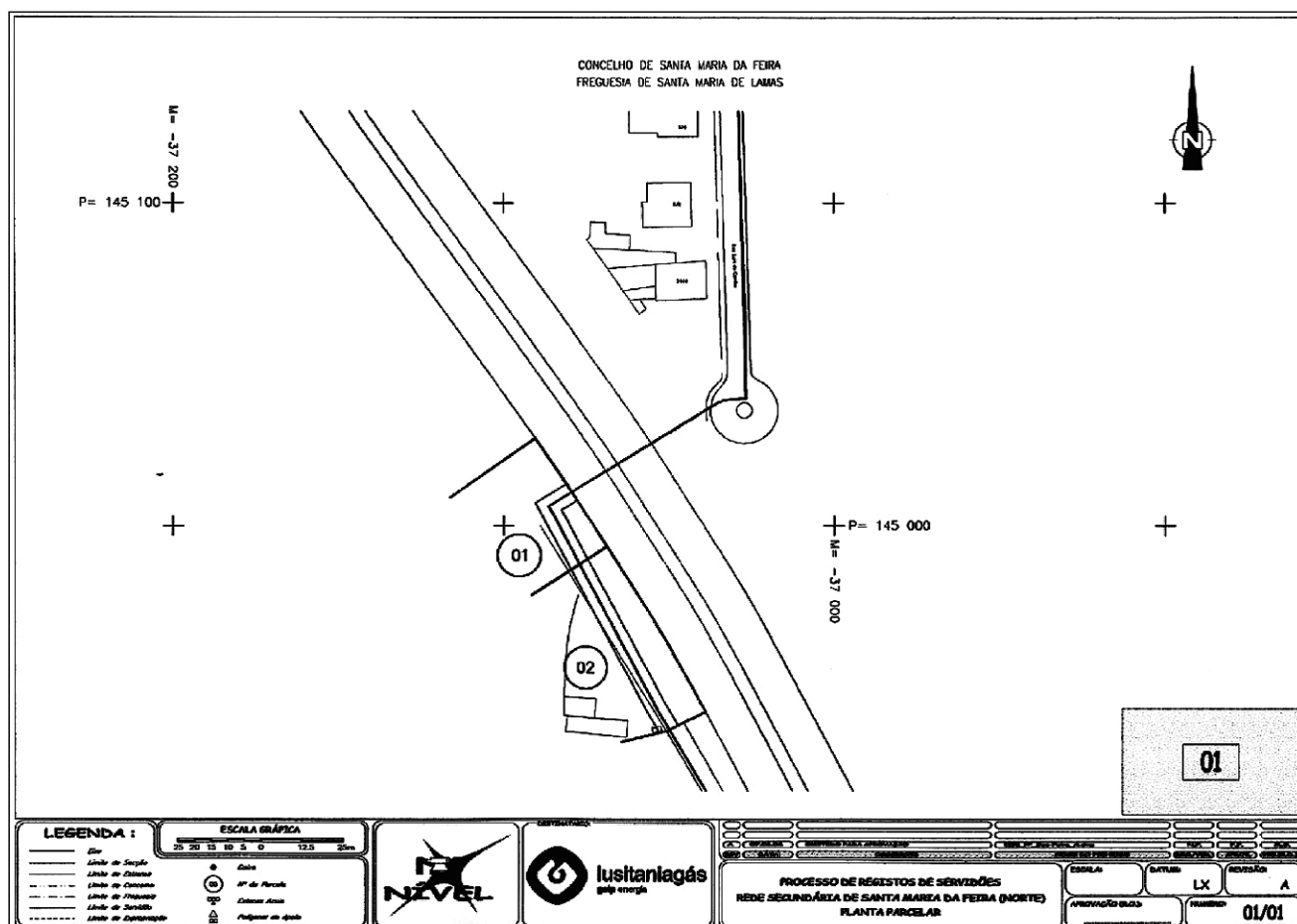
Declaro de utilidade pública o projecto da rede secundária de distribuição de Santa Maria da Feira, freguesias de S. Paio de Oleiros, Paços de Brandão, Rio Meão (norte), Santa Maria de Lamas, Mozelos e Lourosa, concelho de Santa Maria da Feira, com os efeitos previstos no disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro.

29 de Junho de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação,  
*Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.*

### Projecto — Rede secundária de Santa Maria da Feira (norte)

#### Concelho — Santa Maria da Feira

| Número da parcela | Nome dos proprietários, possuidores (P), usufrutuários (U), ou titulares inscritos (TI), cônjuges e moradas | (P), (U) ou (TI) | Matriz: R: Rústica U: Urbano Omissão | Freguesia             | Descrição predial | Confrontações                                                                                                                        | Área de servidão do prédio (m²) |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| 1                 | Construções Veiga Macedo, L. <sup>da</sup> , Reivas, 4520-510 Sanfins VFR.                                  | P                | R: 1185 e 1186                       | Santa Maria de Lamas. | 135               | Norte: auto-estrada.<br>Sul: Bairro da Mata.<br>Este: José Maria Pereira da Silva e outro.<br>Oeste: caminho.                        | 171                             |
| 2                 | Manuel Fernandes Oliveira, Rua da Lavoura, 1141, 1.º, 4535-362 Santa Maria de Lamas.                        | P                | R: 421                               | Santa Maria de Lamas. | 852               | Norte: Álvaro Rocha Meio (filhos).<br>Sul: José Coelho Rocha Júnior.<br>Este: estrada.<br>Oeste: Henrique Veiga Macedos (herdeiros). | 347                             |



Secretaria-Geral

Despacho n.º 16 984/2007

O Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, aprovou a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação (SG-MEI), no desenvolvimento do qual foram fixadas, pela Portaria

n.º 533/2007, de 30 de Abril, a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Com a publicação destes diplomas cessaram as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus, que se mantinham em gestão corrente, tornando-se agora necessário, por forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a consolidação do novo modelo organizacional, proceder à nomeação dos

respectivos dirigentes, em regime de substituição, nos termos e para os efeitos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, até estar concluído o processo de recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º do mesmo diploma, e explicitar a manutenção das comissões de serviço nos casos em que tal se justifica.

Assim, determino:

1 — São mantidas as comissões de serviço de titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atento o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 533/2007, de 30 de Abril, dos seguintes funcionários:

- a) Licenciado João Paulo Rodrigues Carvalho, na Direcção de Serviços Financeiros;
- b) Licenciado João Francisco Pereira Melo Franco, na Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso;
- c) Licenciada Maria Isabel da Luz Benholiel Silva, na Direcção de Serviços de Documentação, Comunicação e Arquivo.

2 — São nomeados, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atento o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 533/2007, de 30 de Abril, os seguintes funcionários, que preenchem os requisitos legais, com os perfis profissionais adequados, evidenciados nas notas curriculares em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante:

- a) Licenciada Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos, para a Direcção de Serviços de Recursos Humanos;
- b) Licenciada Julieta do Rosário Lisardo dos Santos Baptista Estêvão, para a Direcção de Serviços de Aprovisionamento Integrado e de Logística;
- c) Licenciado José Raul Castilho Fradinho, para a Direcção de Serviços de Sistemas e de Tecnologias de Informação;
- d) Licenciado João Manuel Domingos da Silva Rolo, para a Direcção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Julho de 2007.  
26 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

## ANEXO

### Nota curricular

Nome: Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos.

Data de nascimento: 13 de Julho de 1973.

Categoria e carreira: técnica superior principal, da carreira técnica superior.

Formação académica:

Em 1998 — pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Em 1997 — pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito de Lisboa;

Em 1996 — licenciatura em Direito (vertente jurídica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Evolução profissional:

Desde Março de 2005: técnica superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) afecta ao Departamento de Regimes Jurídicos de Emprego;

Entre Agosto de 2004 e Março de 2005: adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XVI Governo Constitucional;

Entre Fevereiro de 2000 e Julho de 2004: técnica superior da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) afecta ao Departamento de Recrutamento e Selecção de Pessoal.

Experiência profissional relevante:

Desde Maio de 2007: integra o grupo de trabalho constituído com o objectivo de proceder à análise e acompanhamento do projecto de diploma que aprova o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações;

Desde Janeiro de 2007: acompanha diversos processos de negociação colectiva, visando a celebração de acordos de pessoa colectiva pública;

Entre Abril de 2006 e Março de 2007: integra o grupo de trabalho de apoio ao PRACE, constituído com o objectivo de proceder à análise dos projectos de leis orgânicas dos ministérios e dos diversos serviços e organismos da administração central do Estado;

Desde 2004: integra o grupo de trabalho que acompanha as questões emergentes do regime do contrato individual de trabalho da Administração Pública;

Entre Julho de 2004 e Julho de 2005: coordenadora do grupo de trabalho para o acompanhamento das questões emergentes do novo estatuto do pessoal dirigente;

Desde 2000: elabora pareceres jurídicos sobre as mais variadas matérias no âmbito do regime jurídico de emprego público, contrato individual de trabalho e organização de serviços.

É formadora certificada pelo IEFP, I. P., nas áreas de recrutamento e selecção de pessoal, carreiras e concursos, estatuto do pessoal dirigente e contrato individual de trabalho.

Representação internacional:

Desde Janeiro de 2006: representante portuguesa no European Public Administration Network — Human Resources Management Group;

Entre Junho de 2004 e Dezembro de 2005: representante portuguesa no Grupo EPSO — Office Européen de Selection du Personnel;

Neste âmbito participou em diversas reuniões internacionais, tendo feito apresentações sobre aspectos específicos da reforma da Administração Pública em curso (PRACE e gestão estratégica de recursos humanos numa perspectiva de liderança). Participou ainda nas publicações da Austrian Federal Chancellery, *Structure of the Civil and Public Services in the Member and Accession States of the European Union* e *Cross Border Mobility of Public Sector Workers*.

Formação profissional:

Em Março de 2006: O Regime do Contrato Individual de Trabalho (DGAP);

Em 2004: I Curso Intensivo sobre o Código do Trabalho (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);

Em Julho de 2002: O Novo Contencioso Administrativo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

### Nota curricular

Julieta do Rosário Lisardo dos Santos Baptista Estêvão.

Nascida a 9 de Outubro de 1951.

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa — Universidade Técnica de Lisboa, 1977.

Assessora principal do quadro da Direcção-Geral de Turismo. Carreira profissional:

2007 — consultora/técnica superior de estatística do Instituto Nacional de Estatística, integrada no Departamento de Estatísticas Económicas;

2006-2003 — directora do Serviço de Estudos e Estratégia na Direcção-Geral de Turismo;

2006-2003 — coordenadora do Gabinete PIQTUR (Programa de Incentivos para a Qualificação no Turismo), que geria as medidas de apoio que cabiam à DGT e os serviços técnicos do Programa (2004-2006);

2003-1998 — subdirectora do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica (GEPE) do Ministério da Economia;

1998-1996 — directora do Serviço de Estudos de Economia Industrial do GEPIE;

1996-1990 — chefe de divisão de Estudos do Serviço de Estudos de Economia Industrial;

1990-1977 — técnica superior do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério de Indústria e Energia;

1972-1973 — funcionária da Agência Marítima Transatlântica, com funções de apoio e relações externas;

1971-1972 — funcionária da empresa FIAT Portuguesa, SARL, com funções de apoio.

Representações externas:

Representante do turismo no conselho consultivo da Estrutura de Missão sobre os Assuntos do Mar (2005-2006);

Representante portuguesa no Comité da Indústria e Envolvente Empresarial da OCDE de 1998 a 2003;

Membro suplente do Conselho Económico e Social de 1998 a 2002;

Representante do Ministério da Economia no grupo de trabalho interministerial responsável pela elaboração do relatório de Cardiff (2000-2001).

### Nota curricular

Nome: José Raul Castilho Fradinho.

Habilitações académicas: licenciado em Economia (1971) pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Curriculo:

Analista-programador de informática (1970-1972);

Consultor de organização e informática (1972-1975);

Técnico principal da Direcção-Geral da Coordenação Comercial (1976-1980);

Técnico destacado na Direcção-Geral do Tesouro — projecto de informatização das tesourarias da Fazenda Pública (1977-1978);

Director de serviços do Certificado do Comerciante da Direcção-Geral da Coordenação Comercial (1979-1981);

Director de serviços Profissionais na Bull Portuguesa (1981-1991);

Professor convidado na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, cadeira de Informática de Gestão (1978-1985);

Director de serviços de Manutenção na Bull Portuguesa (1989-1991);

Responsável «função qualidade» na Bull Portuguesa (1982-1994);

Director Business Management na Bull Portuguesa (1992);

Director Customer Service Division — serviço clientes — na Bull Portuguesa (1993-1996);

Director de Projectos de Integração na Bull Portuguesa (1996);

Assessor da ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços (1997-1999);

Consultor de sistemas de informação (1998-2003);

Chefe da Divisão de Sistemas de Informação da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (1999-2003);

Membro da Comissão de Informática e Comunicações do Ministério da Economia (CICMEC), em representação da DGCCe e do Gabinete de Gestão do Ministério da Economia;

Membro do painel *eBusiness* promovido pela IDC, Innovagency e jornal *Público* (2002-2003);

Representante português na equipa de peritos em sistemas de informação, com a missão de implementar a extranet CIRCA — European Competition Network (ECN), que liga as autoridades de concorrência dos diversos Estados membros com a sede de CE (2002-2003);

Director do Serviço de Sistemas do Gabinete de Gestão do Ministério da Economia (2003-2004);

Director do Serviço de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação em comissão de serviço (2005-2007).

#### Nota curricular

Nome: João Manuel Domingos da Silva Rolo.

Data de nascimento: 30 de Abril de 1964.

Habilitações académicas:

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE (2005);

Especialização em Gestão, pela Escola de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (2000);

Licenciatura no curso de Engenheiro Silvicultor/Engenheiro Florestal (ramo Industrial), pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1990);

Projecto de dissertação aprovado e a submeter no 2.º semestre de 2007, como requisito para obtenção do grau de mestre em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) — «A prestação centralizada de serviços na Administração Pública Portuguesa — ou a lógica aplicacional de uma nova gestão pública na conquista da modernidade e da eficiência».

Habilitações complementares:

Curso de especialização para auditores «Introdução ao controlo financeiro», do Tribunal de Contas, Inspecção-Geral de Finanças e Instituto Nacional de Administração (2004);

Seminário de Alta Direcção, do Instituto Nacional de Administração (2004).

«Auditoria e controlo interno na Administração Pública», do Instituto Nacional de Administração (2006);

«Organização e prestação de contas das entidades com contabilidade orçamental integradas no novo regime de administração financeira do Estado», da Secretaria-Geral do MEI (2006);

«Formação inicial de formadores em igualdade de oportunidades», da Significado (2006);

«Teambuilding para dirigentes», da Leadership (2006);

«Auditoria e controlo interno», da Secretraia-Geral do MEI (2007).

Habilitações profissionais:

Desde Abril de 2004, chefe de divisão da Direcção de Serviços de Auditoria, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, coordenando e realizando trabalho nas áreas de auditoria de gestão e financeira;

Técnico superior principal da ex-Direcção-Geral da Indústria, tendo exercido diversas funções de coordenação e responsabilidade na Direcção de Serviços de Estudos e Avaliação da Actividade Industrial (Abril de 2003 até Março de 2004), na Direcção de Serviços de Modernização Industrial (Dezembro de 2000 a Março de 2003) e na Direcção de Serviços das Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos Cortiça,

Madeira, Pasta, Papel e Artes Gráficas (Outubro de 1992 a Novembro de 2000), directamente relacionadas com o PEDIP I, PEDIP II, RETEX e POE/PRIME, e na gestão de diversos *dossiers* de âmbito comunitário e outros relacionados com a actividade industrial, como sejam os contratos de adaptação ambiental, rótulo ecológico comunitário, tributação de produtos energéticos, procedimentos *antidumping*, definição e transporte de resíduos.

Director executivo da Associação Portuguesa de Comércio e Indústria de Madeiras, actual AIMMP — Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (Janeiro de 1991 a Setembro de 1992);

Consultor permanente da Empresa Geral do Fomento/Serviços de Apoio, Gestão e Estudos, S. A. (EGF/SAGE), nos sectores silvícola, agrícola e indústria de transformação, na elaboração dos planos directores municipais de diversos concelhos (Dezembro de 1990 a Março de 1992);

Estação Florestal Nacional, no Departamento de Bioquímica, exercendo funções de pesquisa e desenvolvimento em trabalhos relacionados com o sector corticeiro (Outubro de 1989 a Dezembro de 1990);

Instituto Superior Técnico, no Departamento de Termodinâmica Aplicada e Mecânica dos Fluidos, exercendo funções de pesquisa e desenvolvimento em trabalhos relacionados com o sector corticeiro (Fevereiro a Outubro de 1989).

#### Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

##### Despacho n.º 16 985/2007

1 — Pelo Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), prevendo-se nesse diploma as estruturas orgânicas nucleares do organismo. A criação das unidades orgânicas de direcção intermédia do 2.º grau, prevista no artigo 31.º do supracitado diploma legal, ocorreu em 22 de Fevereiro de 2006, pelo despacho n.º 5864/2006, do presidente da ASAE, tendo sido alterada através de despacho de 12 de Junho de 2007. Neste sentido, com o objectivo de promover a gestão do património da ASAE foi criada, através de despacho de 12 de Junho de 2007, a Divisão de Património e Serviços Gerais, a qual compete ser chefiada por um dirigente intermédio do 2.º grau.

2 — Após análise curricular, verificou-se que a licenciada Helena Maria dos Santos Iria Tereno, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de chefe da Divisão de Património e Serviços Gerais a licenciada em Direito assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património Helena Maria dos Santos Iria Tereno.

3 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Julho de 2007.

25 de Junho de 2007. — O Presidente, António Nunes.

#### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Helena Maria dos Santos Iria Tereno.

Data de nascimento — 11 de Setembro de 1965.

2 — Habilitações académicas — licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa — Universidade de Lisboa, em 15 de Outubro de 1990.

3 — Experiência profissional:

Nomeada em 17 de Dezembro de 1990 escriturária de 2.ª classe da Conservatória dos Registos Centrais — concurso externo aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 30 de Dezembro de 1989;

Em 3 de Fevereiro de 1992 inicia na Direcção-Geral do Património do Estado o estágio com vista ao ingresso na carreira técnica superior — concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 30 de Agosto de 1991;

Em 27 de Maio de 1993 é nomeada técnica superior de 2.ª classe — publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 27 de Maio de 1993;

Em 30 de Julho de 1996 é nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Direcção-Geral do Património, pelo despacho do SETF n.º 1379/96, de 23 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 6 de Agosto de 1998;